



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano
Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano

Coordenação-Geral de Gestão do Território

ATA

ATA DA XIX REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA - CDIF.

Aos 23 de fevereiro de 2021, das 14h30 às 18h, por meio de videoconferência com a utilização da ferramenta Microsoft Teams, realizou-se a XIX Reunião Ordinária da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira - CDIF, cuja Secretária-Executiva é exercida pela Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional, conforme estabelece o art. 4º do Decreto nº 9.961, de 8 de agosto de 2019. A reunião foi gravada para fins administrativos e de ata.

Participantes:

Compareceram todos os representantes da CDIF, totalizando quórum de oito membros com direito a voto: Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, Ministério da Defesa - MD, Ministério das Relações Exteriores - MRE, Ministério da Infraestrutura - MINFRA, Ministério da Saúde - MS e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI.

Convidados:

Compareceram como convidados representantes: do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC, da Confederação Nacional de Municípios - CNM, da Superintendência Desenvolvimento Amazônia - SUDAM, da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, do Tribunal de Contas da União - TCU e dos Núcleos Estaduais de Fronteira - NEF dos governos estaduais do: Acre, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Rondônia e Santa Catarina.

Abertura (14h30):

O Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano - DDRU/SMDRU/MDR iniciou informando sobre a importância da representatividade dos membros da Comissão nesta reunião, sendo todos os Ministérios estratégicos para o desenvolvimento da faixa de fronteira brasileira, e destacou a presença do Tribunal de Contas da União, que tem se colocado como grande parceiro no impulsionamento de políticas públicas, que são difíceis de ser implementadas porque não dependem só do Ministério do Desenvolvimento Regional, tendo o TCU sempre ajudado no que tange às políticas que exigem uma articulação interministerial e interfederativa. O MDR tem a responsabilidade, por exemplo, de trabalhar com o desenvolvimento de territórios, seja por intermédio da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR (Decreto nº 9.910, de 20 de agosto de 2019), com as ações de desenvolvimento rural com base na agricultura irrigada, com as ações da Política Nacional de Ordenação do Território - PNOT e da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU. Frisou-se a importância da participação da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, também parceira de longa data, sendo sua presença nesta reunião muito relevante. O MDR instituiu o Programa Fronteira Integrada - PFI, que foca em municípios e considera as cidades como lócus da estruturação de processos produtivos e de provisões de infraestruturas de bem-estar para a população da faixa de fronteira, com a ideia de ajudar a promover o desenvolvimento começando pelos núcleos urbanos identificados como prioritários para o

desenvolvimento da região. Destacou-se a satisfação em ter a participação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste nos trabalhos que o MDR desenvolve, com manutenção do contato muito próximo à Superintendência, o qual estreitou-se bastante desde a elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRDCO, e espera-se intensificar a colaboração em vista do Programa Fronteira Integrada. Enfatizou-se a presença dos governos estaduais por meio de seus Núcleos Estaduais de Fronteira - NEF, sendo importante a priorização da temática do desenvolvimento e integração da faixa de fronteira por parte dos estados, especialmente porque o Brasil tem uma fronteira terrestre muito grande, diversa e heterogênea com problemáticas distintas, e é importante fugir da pasteurização de políticas. Os trabalhos que abordam o desenvolvimento de territórios devem seguir diretrizes nacionais e princípios claros em conformidade com as políticas públicas existentes, e os projetos que chegam nos territórios têm que ser customizados e adaptados às realidades territoriais, sendo a faixa de fronteira um exemplo da diversidade em diferentes escalas. Cumprimentou-se também o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que auxilia com aportes técnicos de alto nível mediante diagnósticos, estudos e proposições sobre a temática da faixa de fronteira. Esses trabalhos ajudam a pensar o desenvolvimento territorial e regional com base no acompanhamento das dinâmicas, visto que o Brasil convive com desigualdades construídas ao longo da história e há microconjunturas específicas dentro das regiões que precisam ser ressaltadas e trazidas à tona quando se discorre na formulação de estratégias de desenvolvimento regional. Por fim, foi realizada a leitura da pauta desta reunião e prosseguiu-se com os informes do MDR.

Informes (14h45 às 15h30):

- a) [Assinatura das atas das XVI, XVI e XVIII Reuniões Ordinárias da CDIF.](#)
- b) [Relatório de Atividades da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - 2019-2020.](#)
- c) Termo de Referência para o Plano de Ação para a Faixa de Fronteira.
- d) [Programa Fronteira Integrada - PFI \(Portaria MDR nº 3.227, de 2020\).](#)
- e) Edital de Chamamento Público para Seleção de Projetos de Infraestrutura Urbana para a Faixa de Fronteira - 2021.

Assinatura das atas das XVI, XVI e XVIII Reuniões Ordinárias da CDIF:

A Coordenação-Geral de Gestão do Território - CGGT/SMDRU/MDR informou que os membros da CDIF fizeram o cadastro para assinatura externa no Sistema SEI/MDR e assinaram as atas das XVI, XVI e XVIII Reuniões Ordinárias da CDIF, com exceção do *Ministério da Educação*.

Relatório de Atividades da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - 2019-2020 e Termo de Referência para o Plano de Ação para a Faixa de Fronteira:

O relatório foi elaborado com base nas reuniões e nos resultados alcançados pela Comissão no período de agosto de 2019 a dezembro de 2020, com base art. 5º, item 6 da Portaria MDR nº 2.858, de 29 de novembro de 2019, que determina que à Secretaria-Executiva da CDIF compete apresentar, anualmente, um relatório de atividades da CDIF, contendo as medidas e ações necessárias à execução do planejamento de suas atividades, e submeter esse relatório para a aprovação de seus membros até a reunião subsequente. Destacou-se que, desde a publicação do Decreto nº 9.961, de 2019, que institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira, ocorreram sete reuniões ordinárias da CDIF (ressalva: de fato, ocorreram cinco reuniões ordinárias, sendo a XV, a XVI, a XVII, a XVIII e, com esta, a XIX), além da recomposição e do reavivamento dos Núcleos Estaduais de Fronteira com o engajamento e o estreitamento do diálogo junto ao MDR. Mencionou-se também a Portaria MDR nº 3.227, de 28 de dezembro de 2020, que estabelece o Programa Fronteira Integrada como iniciativa de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. É um programa voltado para o desenvolvimento da faixa de fronteira com base em alguns eixos de atuação que são desenvolvidos internamente pelo Ministério de Desenvolvimento Regional, por meio dos quais busca-se agregar iniciativas de outros Ministérios dentro do escopo do PFI.

Além disso, sublinhou-se a ação existente conjuntamente à Agência da Lagoa Mirim - ALM e o Global Environment Facility - GEF, executada em conjunto com a Secretaria Nacional de Segurança Hídrica - SNSH/MDR. A CGGT explicou que essa iniciativa ocorre em parceria com o Governo do Uruguai, sendo um projeto que os dois países escrevem com o apoio da Organização das Nações Unidas para Alimentação

e Agricultura - FAO/Brasil para uma gestão compartilhada dos recursos hídricos. Foram realizadas oficinas sobre as tratativas em 2020 e o projeto continua ao longo de 2021, sendo diligenciada pela equipe técnica do MDR, com aporte do GEF para auxiliar as localidades envolvidas na gestão compartilhada dos recursos hídricos.

O DDRU informou sobre o Termo de Execução Descentralizada - TED entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS para o apoio ao desenvolvimento do Plano Diretor do Município de Porto Murtinho/MS. Trata-se sobre o desenvolvimento urbano ao considerar as peculiaridades da região do município, sendo uma ação partilhada entre a CGGT e a Coordenação-Geral de Apoio a Gestão Regional e Urbana - CGDRU/SMDRU/MDR. A questão do planejamento urbano coloca-se como estratégica principalmente para a faixa de fronteira, considerando que os municípios possuem uma deficiência de sustentabilidade fiscal, item apontado em diversos acórdãos do TCU, pois boa parte dos pequenos municípios apresentam déficits institucionais e fiscais que precisam de um olhar voltado, primeiro, para o planejamento urbano e, segundo, para a adoção de instrumentos que permitam uma formação de inteligência territorial no município de Porto Murtinho/MS. Portanto, a parceria com a UFMS ajuda no fomento do planejamento urbano dos municípios da faixa de fronteira, apreciando também investimentos infraestruturais que ocorrem e que geram mudanças na dinâmica urbana de uma forma acelerada, com pressão sobre os serviços urbanos. Por isso, o planejamento se faz essencial para que se tenham impactos mitigados e a valorização das potencialidades do território. O inciso IV do art. 4º da portaria do PFI aborda o fortalecimento das capacidades governativas dos entes federativos com fins de valorização da temática do planejamento urbano e de dotar as municipalidades da fronteira para sustentabilidade fiscal e institucional, segundo os municípios priorizados nos incisos I, II e III do programa.

Em seguida, falou-se da parceria com o Ipea, da qual foram geradas as seguintes publicações:

- [Volume 1: Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública.](#)
- [Volume 2: Fronteiras do Brasil: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública.](#)
- [Volume 3: Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Norte.](#)
- [Volume 4 - Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Central.](#)
- [Volume 5: Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Sul.](#)
- Volume 6: Referência para a formulação de políticas públicas para as fronteiras (em processo de editoração).
- [Estudo Técnico sobre a Viabilidade de Criação da “Cidade Gêmea” Cáceres \(Brasil\) - San Matías \(Bolívia\).](#)
- [Nota Técnica Nº 16 - Pandemia e Fronteiras Brasileiras: análise da evolução da Covid-19 e proposições.](#)

Sobre a parceria com a Universidade Federal do Amazonas - UFAM, trata-se de Termo de Execução Descentralizada para estruturar o Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões no Estado do Amazonas com a implantação de um centro tecnológico no Alto Solimões. É uma parceria bastante profícua e tem o interesse do Conselho Nacional da Amazônia Legal, do qual o MDR faz parte, sendo um trabalho voltado para a valorização da economia da biodiversidade da região com fármacos, fitoterápicos e dermocosméticos, por exemplo, aproveitando toda a diversidade e potencialidade do Amazonas.

Em seguida, tratou-se a respeito do TED com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - IFSul para apoiar a realização do 7º FRONTEIRA - Festival Binacional de Enogastronomia e desenvolver agenda conjunta de fomento ao turismo, gastronomia e cooperação técnica para a ovinocultura, mel, agricultura irrigada e turismo. O evento binacional entre Santana do Livramento/RS e Rivera/Uruguai ocorreu em outubro de 2020, e a ação foi coordenada junto à Coordenação-Geral de Sistemas Produtivos e Inovadores - CGPI/SMDRU/MDR, com foco na gastronomia da região e na valorização dos produtos regionais. A SMDRU apoia a estruturação de processos produtivos focados desde a produção até a comercialização e a divulgação de produtos.

Já o Acordo de Cooperação Técnica - ACT para a realização de atividades conjuntas visando a integração das ações e programas do MDR e do MJSP, com foco no desenvolvimento e na integração da faixa de fronteira, firmado especificamente com a Secretaria de Operações Integradas - SEOPI/MJSP, visa desenvolver ações produtivas em localidades piloto da faixa de fronteira. o ACT foi assinado em novembro de 2020 e as equipes técnicas já estão se reunindo para iniciar os trabalhos previsto no plano de ação para

os municípios piloto, sendo inicialmente um município selecionado em cada arco fronteiriço. É importante frisar que essa proximidade com o MJSP para trabalhar no desenvolvimento da faixa de fronteira é crucial em vista das demais ações conjuntas que associam a segurança pública ao desenvolvimento regional e urbano da região. As agendas de fortalecimento de capacidade e de prestação de serviços pelo poder público, que são incorporadas também pelo Programa de Fortalecimento das Capacidades Governativas dos Entes Subnacionais - PFCG do MDR (Portaria MDR nº 2.652, de 11 de novembro de 2019), realçam a relevância dessa parceria, e o ACT prevê a expansão para outras localidades no futuro.

Após, narrou-se sobre o Termo de Referência para a elaboração de um Plano de Ação para a faixa de fronteira, contemplando cada arco fronteiriço (Norte, Central e Sul), com diagnóstico de demandas, observando preferencialmente o planejamento e a implementação das ações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR nos seguintes eixos setoriais de intervenção: I) desenvolvimento produtivo; II) ciência, tecnologia e inovação; III) educação e qualificação profissional; IV) infraestrutura econômica e urbana; V) desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais; e VI) fortalecimento das capacidades governativas dos entes federativos, contemplando as carteiras de projeto para cada Estado por arco fronteiriço. A contratação está prevista para 2021, encontra-se em tramitação e ocorrerá por meio do Programa de Cooperação Técnica com a FAO Brasil.

Depois, foram mostrados os investimentos do MDR, até fevereiro de 2020, nos municípios situados na faixa de fronteira por meio de tabelas e gráficos informativos. [Perda temporária de conexão do DDRU].

A CGGT aproveitou para informar que, com relação ao processo das atas das reuniões ordinárias da CDIF, sete dos oito ministérios membros assinaram os documentos, com exceção do *Ministério da Educação (MEC)*. Os pedidos para assinatura das atas foram feitos a partir de agosto de 2020, e aproveitou-se a presença do MEC nesta reunião para comunicar sobre a necessidade de substituição da representação titular daquela pasta na Comissão por meio portaria a ser publicada (atualização: na data da redação desta ata, o processo para substituição da representação titular do MEC encontra-se em tramitação no MDR).

[Retorno de conexão do DDRU] O DDRU disse que o levantamento das informações de investimentos do MDR, até fevereiro de 2020, nos municípios situados na faixa de fronteira é importante para que se possa identificar quais são as necessidades dos Municípios da região e onde os recursos são mais aplicados, verificando possíveis concentrações de investimentos em determinadas territorialidades a fim de se analisar uma melhor distribuição de recursos nos Municípios da faixa de fronteira. Há a carência principalmente de infraestrutura tanto econômica quanto urbana especialmente nas cidades dos Arcos Norte e Central.

Consecutivamente, abordou-se a participação da CDIF no âmbito das atividades realizadas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, como a representatividade no âmbito das reuniões ordinárias e extraordinárias do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras - PPIF realizadas em 2019 e 2020, sem direito a voto, e no Grupo Técnico para elaboração da minuta da Política Nacional de Fronteiras - PNF, com direito a voto.

Por último, destacou-se que o Relatório de Atividades da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - 2019-2020 contém as contribuições enviadas pelos seguintes membros: Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Infraestrutura e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O MDR, por meio da CDIF, é um facilitador que busca juntos aos Ministérios convergir esforços para o desenvolvimento e a integração da faixa de fronteira.

Programa Fronteira Integrada - PFI (Portaria MDR nº 3.227, de 2020) e Edital de Chamamento Público para Seleção de Projetos de Infraestrutura Urbana para a Faixa de Fronteira - 2021:

O PFI foi instituído pela Portaria MDR nº 3.227, de 2020, que define os requisitos do programa. Percebeu-se a necessidade de se evitar a fragmentação de ações na faixa de fronteira, sejam as desenvolvidas pela SMDRU ou as desenvolvidas pelo MDR em geral. O esforço do Programa Fronteira Integrada é de proporcionar sinergia e complementariedade ao potencializar iniciativas que já estão sendo perpetradas na faixa de fronteira e ressaltar o que vem sendo feito na região. É um programa que começa com um esforço de articulação interna do MDR junto às suas secretarias nacionais, e que tem despertado a curiosidade dos entes federados, o que possibilitará excelentes parcerias, já havendo também agendas com representantes do Senado Federal. No momento, trabalha-se em editais para infraestrutura urbana e desenvolvimento produtivo.

O PFI é uma estratégia para a implementação da PNDR, a qual define três recortes geográficos prioritários de abordagem territorial, abrangência nacional e atuação em múltiplas escalas: macrorregional, sub-regional e sub-regiões especial. Para cada recorte há instrumentos e estratégias de atuação diferenciados. O recorte o macrorregional engloba as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cada qual possui uma superintendência vinculada que atua no desenvolvimento de sua respectiva região, sendo a Superintendência Desenvolvimento Amazônia - SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO. As superintendências dispõem de instrumentos de financiamento para o planejamento regional, planos de desenvolvimento regional, fundos de desenvolvimento e fundos constitucionais. Na escala sub-regional, são definidas algumas sub-regiões prioritárias, e a faixa de fronteira está explicitamente destacada na PNDR como uma sub-região especial prioritária (art. 5º, § 1º, inciso I do Decreto 9.810, de 2019). Para essa região, o MDR propõe a articulação de iniciativas, mecanismos e instrumentos para a promoção do desenvolvimento. O objetivo do programa é compatível com o da PNDR, o de reduzir as desigualdade econômicas e sociais por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico. Não importa apenas o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, mas também em como a renda é distribuída e apropriada pelos segmentos sociais. Trata-se, portanto, de atentar-se a dois princípios básicos da PNDR, o desenvolvimento e a equidade a fim de proporcionar crescimento econômico e distribuição de renda nos territórios em prol da melhoria da infraestrutura urbana e da qualidade de vida da população.

Sobre a atuação do Programa Fronteira Integrada, o art. 3º define que será na sub-região especial da faixa de fronteira, preferencialmente: I) nas cidades-gêmeas, conforme Portaria MI n. 125, de 21 de março de 2014, e atualizações (existem 33 cidades-gêmeas brasileiras nos três arcos fronteiriços); II) nos municípios classificados como polo das regiões geográficas intermediárias do IBGE e priorizados pelos Planos Regionais de Desenvolvimento elaborados pelas Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia e do Centro-Oeste (consoante os planos regionais das superintendências); e III) nos municípios classificados segundo a tipologia da PNDR como baixa renda, sendo eles dinâmicos ou estagnados, de acordo com o disposto na Portaria MI n. 34, de 18 de janeiro de 2018. Para fins de implementação das ações, poderão ser consideradas as regiões de influência dos municípios priorizados nos incisos I, II e III do art. 3º da portaria do PFI e, para efeito, o conceito de regiões de influência será aquele definido no mais recente estudo "Regiões de Influência das Cidades (REGIC)", do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. As áreas de influência dos municípios priorizados geralmente são pouco independentes, e a proposta é aumentar a sustentabilidade e diminuir a dependência destas e até mesmo dos municípios menores próximos. A faixa de fronteira possui ao todo 586 municípios com população estimada em doze milhões de habitantes. É interessante ressaltar que há 48 municípios acima de 50 mil habitantes na faixa de fronteira, totalizando 6.025.142 habitantes, e que todas as cidades da região consideradas de baixa renda pela PNDR estão no Arco Norte, o que vai exigir estratégias diferenciadas para avançar no processo de desenvolvimento do Arco Norte ao considerar a provisão de serviços públicos.

O art. 4º do PFI define que as intervenções públicas promovidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional visam fortalecer os municípios da faixa de fronteira, principalmente nos seguintes eixos setoriais da PNDR: I) desenvolvimento produtivo; II) infraestrutura econômica e urbana; III) desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais; e IV) fortalecimento das capacidades governativas dos entes federativos. O desenvolvimento produtivo permite verificar investimentos que chegam no território, maior geração de emprego e toda uma cadeia de benefícios associada às ações de desenvolvimento produtivo que são fomentadas. Isso ocorre a partir da identificação de potencialidades regionais e da constituição de comitês territoriais para avançar na construção de carteiras de projetos e mobilizar parcerias nos temas que não são afetos diretamente à iniciativa do MDR chamada Rotas de Integração Nacional (Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018). A respeito do eixo infraestrutura econômica e urbana, o MDR possui ações como provisão de infraestruturas que permitem o escoamento da produção dos estados, a reabilitação urbana e a modernização tecnológica. O eixo do desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais também compreende a mobilização de parcerias entre a SMDRU e as secretarias nacionais do MDR, com o prospecto de mobilizar parcerias com os membros da CDIF para a provisão de serviços de habitação, saneamento e outros fundamentais para manter uma melhor qualidade de vida das pessoas que vivem na faixa de fronteira. Pretende-se também envolver no programa as questões de educação e saúde que são bastante demandadas na região.

Acerca do fortalecimento das capacidades governativas dos entes federativos, como já mencionado, o MDR possui o PFCG, que parte do princípio de que as municipalidades e os governos estaduais precisam

de instrumentos e mecanismos de apoio para o cumprimento de suas prerrogativas e competências constitucionais. Atualmente, os municípios são muito dependentes do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e a proposta é proporcionar uma gama de instrumentos que os ajudem no atingimento da sustentabilidade institucional e fiscal.

O art. 5º do PFI versa sobre os objetivos do programa: I) buscar a ação articulada das políticas públicas setoriais do Ministério do Desenvolvimento Regional na faixa de fronteira para o enfrentamento das desigualdades intra e inter-regionais; II) apoiar as medidas de ordenamento, gestão territorial e desenvolvimento urbano na faixa de fronteira, com alternativas que oportunizem vantagens competitivas (o MDR possui em andamento estudos de ordenamento no entorno da BR-163, que percorre parte do Estado de Mato Grosso, e da BR-319, cobrindo áreas dos Estados do Amazonas e de Rondônia); III) estimular o empreendedorismo, o cooperativismo e a inclusão produtiva, por meio do fortalecimento de redes de sistemas produtivos e inovativos locais, existentes ou potenciais, de forma a integrá-los a sistemas regionais, nacionais, transfronteiriços e globais (o que carecerá o envolvimento dos governos estaduais para identificar os gargalos das cadeias produtivas locais); IV) promover a inovação tecnológica nas atividades produtivas; e V) fortalecer as capacidades de gestão dos Municípios com estratégias de desenvolvimento territorial/local por meio da indução de arranjos socioprodutivos intermunicipais.

O art. 8º define as possíveis fontes de financiamento do PFI desde que haja o devido amparo legal: I) o Orçamento Geral da União; II) os Fundos Constitucionais e de Desenvolvimento do Norte e do Centro-Oeste; e III) outras fontes de recursos nacionais e internacionais. É importante ressaltar a indispensabilidade de se aproximar das bancadas e comissões do Congresso Nacional em vista da redução da discricionariedade orçamentária, cada vez mais vinculada às emendas orçamentárias, no intuito de empenhar-se em enquadrar emendas parlamentares às diretrizes do PFI.

O Ministério do Desenvolvimento Regional ouvirá, sempre que possível, os Núcleos Estaduais de Fronteira a fim de priorizar a atuação do programa, visando à articulação de ações com os Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Fronteira. O Programa Fronteira Integrada atuará em consonância com as deliberações da CDIF e, para sua implementação, os dados e as informações gerados serão disponibilizados pelo Núcleo de Inteligência Regional (art. 15 do Decreto 9.810, de 2019).

Presentemente, o MDR possui algumas atividades em andamento para implementação do PFI, como: a) edital para infraestrutura urbana, que apoiará a elaboração de projetos e a execução de obras e serviços de reabilitação e urbanização acessível em áreas urbanas, além da implantação do PFCG com modernização tecnológica para planejamento urbano; b) edital para desenvolvimento produtivo alinhado à iniciativa Rotas de Integração Nacional; c) diálogo com a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia - STN/ME para a flexibilização da Capacidade de Pagamento - Capag para modernização administrativa de prefeituras (software/hardware/apoio a planos de gestão fiscal); e d) TED com a Universidade Federal de Pelotas - UFPel para um estudo-diagnóstico junto aos gestores municipais da faixa de fronteira da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Dentro do PFCG, o MDR começou trabalhando as ações do programa conforme suas capacidades de atuação em planejamento urbano, assistência técnica, planos de desenvolvimento, planos de captação de investimentos, apoio na formação de Parcerias público-privada - PPPs e concessões. O diálogo foi iniciado antes da pandemia da Covid-19 e está sendo retomado para rearticular os parceiros envolvidos. Já há o apoio da Secretaria Especial de Assuntos Federativos da Presidência da República para retomar o diálogo com a STN/ME, além da dialogação com a Frente Nacional de Prefeitos - FNP para conseguir uma flexibilização inicial da Capag no que tange a empréstimos e créditos tomados pelas municipalidades para a modernização administrativa. Entende-se que alguns municípios que intentam começar um processo de estruturação administrativa possuem a Capag categorias "C" ou "D", uma realidade não só dos municípios brasileiros na fronteira oeste, o que impede o acesso a créditos para a melhoria da gestão municipal e dos índices de adimplência.

Mais sobre o TED entre o MDR e a UFPel, este refere-se à realização de um estudo-diagnóstico junto aos gestores municipais de cidades localizadas na faixa de fronteira do Estado do Rio Grande do Sul com foco nos municípios sob a área de abrangência da Agência para o Desenvolvimento da Lagoa Mirim - ALM e da Associação dos Municípios da Zona Sul - AZONASUL. As metas são diagnosticar a percepção dos governos locais acerca das oportunidades da sua localização na faixa de fronteira e fortalecer as capacidades governativas dos entes municipais nas regiões da fronteira oeste. É importante enfatizar as parcerias com as universidades brasileiras, porque há um rol de universidades e institutos federais mais capilaridade nos territórios e o MDR tem tido excelentes resultados nas parcerias com as universidades federais no apoio a processos de desenvolvimento produtivo e de fortalecimento das capacidades dos entes federados. Então, ressalta-se a importância da presença do Ministério da Educação e dos trabalhos com as

universidades e os institutos federais.

MRE: apresentação e perguntas sobre as Comitês de Integração Fronteiriça - CIF (15h50 às 16h10):

O Departamento de América do Sul do Ministério das Relações Exteriores acompanha praticamente todas as fronteiras terrestres brasileiras, com a única exceção do limite com a Guiana Francesa. Uma parte do trabalho é monitorar diariamente a situação nos três arcos fronteiriços em contatos frequentes com a rede de embaixadas e consulados do Brasil, e também com outras áreas do governo federal e autoridades locais quando surgem problemas que exigem atuação diplomática junto aos países vizinhos. Com a crise sanitária, essa coordenação se mostra ainda mais necessária a fim de garantir a continuidade do abastecimento no Brasil e nos países vizinhos e também pensar no bem-estar das populações fronteiriças. Desde março de 2020, o MRE acompanha atentamente os desdobramentos da crise sanitária e do fechamento de fronteiras entre o Brasil e países vizinhos, e coordena em parceria com as embaixadas e os consulados brasileiros operações de repatriação de milhares de brasileiros residentes nos países limítrofes. O MRE esteve, ainda, à frente de negociações com os governos limítrofes para permitir a reabertura parcial das fronteiras, o que permitiu em algumas localidades a retomada do comércio fronteiriço e da circulação de pessoas entre as cidades-gêmeas. Os Comitês de Integração Fronteiriça são um instrumento importante para o aprimoramento das relações com os países vizinhos, além de ensejarem em contatos mais estreitos entre as autoridades das nações envolvidas. Seja entre capitais ou entre as localidades, os comitês permitem às capitais conhecerem mais de perto as diferentes realidades em cada zona fronteiriça. Os CIF têm formatos diferentes a depender do país vizinho e, embora a crise sanitária tenha levado ao adiamento de reuniões dos comitês em 2020, o MRE manteve encontros com praticamente todos os países contíguos sobre saúde e comércio na fronteira oeste.

Com o Uruguai (Arco Sul), os comitês de fronteira foram criados pela Declaração de Jaguarão - Ata de Instalação dos Comitês de Fronteira, de 1991, e as reuniões ocorrem geralmente a cada ano em lados alternados da fronteira e são organizadas pelas representações consulares dos dois países nas cidades da fronteira. Atualmente são cinco os Comitês de Fronteira Brasil-Uruguai: a) Quaraí/Barra do Quaraí-Bella Unión/Artigas; b) Chuí/Santa Vitória do Palmar-Chuy; c) Santana do Livramento-Rivera; d) Aceguá-Aceguá; e e) Jaguarão-Rio Branco. Os comitês contam com subcomitês nas seguintes matérias: áreas de controle integrado; cooperação policial e judicial; saúde; políticas sociais e assuntos trabalhistas; educação; formação profissional e cultura; e meio ambiente e saneamento. As mais recentes reuniões dos comitês foram realizadas em 2020, por meio de videoconferência, em atendimento à solicitação uruguaia de coordenação sobre medidas de controle sanitário e epidemiológico direcionadas às cidades fronteiriças no contexto da pandemia da Covid-19. As referidas reuniões, até agosto de 2020, foram: I) Reunião Extraordinária do Subcomitê de Cooperação em Matéria de Saúde do Comitê de Fronteira Santana do Livramento-Rivera, em 12 de junho de 2020; II) Segunda Reunião Extraordinária do Subcomitê de Cooperação em Matéria de Saúde do Comitê de Fronteira Santana do Livramento-Rivera, em 26 de julho de 2020; e III) Reunião Extraordinária do Subcomitê de Cooperação em Matéria de Saúde do Comitê de Fronteira Quaraí/Barra do Quaraí - Artigas/Bella Unión, em 20 de agosto de 2020. Os referidos subcomitês de cooperação em matéria de saúde dos Comitês de Fronteira Brasil-Uruguai contaram com envolvimento de autoridades e técnicos dos níveis federal, estadual e municipal de ambos os países, e instituíram, de forma inédita, a aplicação de critérios comuns de controle sanitário, epidemiológico, de diagnóstico e seguimento de casos da Covid-19. Em 26 de junho de 2020, foi firmado protocolo conjunto para Santana Livramento-Rivera, tendo sido o primeiro entendimento do gênero do Brasil com o Uruguai. O modelo de protocolo conjunto foi estendido, em 20 de agosto de 2020, para Quaraí-Artigas e Barra do Quaraí-Bella Unión. Mais ainda, a Comissão Binacional Assessora de Saúde na Fronteira Brasil-Uruguai - CBAS foi instituída pelo Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Saúde na Fronteira, assinado entre Brasil e Uruguai em 31 de julho de 2003. A comissão tem como objetivos: fortalecer as ações e a implementação dos comitês de fronteira na área de saúde; promover o levantamento de saúde da população; propor mecanismos para agilizar a troca de informações em saúde; propor estratégias de ação, elaboração, avaliação e acompanhamento de Planos de Trabalho; implementar programas de treinamento e capacitação de Recursos Humanos entre ambos os países; assessorar na elaboração e na implementação de Projetos de Cooperação; e promover o intercâmbio e a discussão dos Sistemas de Saúde de ambos os países. A IX Reunião da Comissão teve lugar em 10 de junho de 2020, por meio de videoconferência, em atendimento à solicitação uruguaia no contexto da pandemia da Covid-19.

Com a Argentina (Arco Sul), são os seguintes os Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina: Uruguaiana-Paso de los Libres, São Borja-Santo Tomé, Foz do Iguazu-Puerto Iguazú e Dionísio

Cerqueira/Barracão-Bernardo de Irigoyen. Conforme critério de rotatividade acordado entre as partes, as reuniões de 2019 foram organizadas pelos consulados brasileiros no lado argentino da fronteira. Em 2020, não houve reuniões em decorrência da pandemia da Covid-19. As reuniões de 2019 foram realizadas nas seguintes datas: Uruguiana-Paso de los Libres (13/08/2019), São Borja-Santo Tomé (15/08/2019), Foz do Iguazu-Puerto Iguazú (17/09/2019) e Dionísio Cerqueira/Barracão-Bernardo de Irigoyen (19/09/2019). Os encontros contam com a participação de representantes dos municípios da faixa de fronteira, de autoridades nacionais, estaduais e locais presentes na fronteira oeste e das chancelarias dos dois países, estas últimas responsáveis por presidir as reuniões. Os debates no âmbito dos CIF são conduzidos por meio de comissões temáticas, tais como facilitação fronteiriça, infraestrutura, comércio e turismo, cultura, educação e saúde. Embora os Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina não tenham se reunido, houve uma exceção em 2020 que foram as comissões temáticas de educação e de infraestrutura do Comitê São Borja-Santo Tomé, que continuaram em funcionamento em 2020, dedicando-se a recolher visões e demandas da comunidade local sobre a questão do fim da concessão da ponte que liga as duas cidades fronteiriças, uma questão que ainda está sendo examinada.

Com o Paraguai (Arcos Sul e Central) há uma peculiaridade porque não existem Comitês de Integração Fronteiriça constituídos. O Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas foi assinado em 2017, em Brasília, e encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados do Brasil e no Senado do Paraguai. Na Câmara dos Deputados (PDL 765/2019), o projeto foi aprovado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul em 18 de dezembro de 2019. O Acordo fomentará a integração das localidades fronteiriças por meio de tratamento diferenciado à população local em matéria econômica, trabalhista, previdenciária, de trânsito e de acesso aos serviços públicos e de educação. As localidades fronteiriças previstas no Acordo são: Aral Moreira-Pedro Juan Caballero/Capitán Bado; Bela Vista-Bella Vista Norte; Caracol-San Carlos del Apa; Coronel Sapucaia-Capitán Bado; Foz do Iguazu-Ciudad del Este/Puerto Presidente Franco/Hernandarias; Guairá/Mundo Novo-Saltos del Guairá; Japorã-Saltos del Guairá; Paranhos-Ypejú; Ponta Porã-Pedro Juan Caballero; Porto Murtinho-Carmelo Peralta/San Lázaro; Santa Helena-Puerto Indio; e Sete Quedas-Corpus Christi. Em razão da pandemia da Covid-19, Brasil e Paraguai mantiveram suas fronteiras fechadas de 27/03 a 15/10/2020, exceto para o trânsito internacional de cargas. As restrições de fluxo de pessoas no Paraguai estenderam-se aos seus nacionais, que foram proibidos de ingressar no Brasil. A determinação inicialmente interrompeu o processo de repatriação de cidadãos paraguaios, organizado por seus consulados no Brasil, o que contava com o apoio do governo brasileiro. Em 16 de setembro de 2020, as chancelarias de Brasil e Paraguai assinaram ata bilateral que permitiu a reativação parcial do comércio fronteiriço nas cidades-gêmeas de Foz do Iguazu-Ciudad del Este, Mundo Novo-Saltos del Guairá e Ponta Porã-Pedro Juan Caballero. O entendimento criou pontos comerciais contíguos às fronteiras e estabeleceu procedimentos para assegurar a realização de compras pelos cidadãos nessas localidades, atendidos os requisitos aduaneiros, migratórios e sanitários determinados por cada país. Em 15 de outubro de 2020, foram reabertos os passos fronteiriços de Foz do Iguazu-Ciudad del Este, Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Mundo Novo-Saltos del Guairá, como parte de um processo gradual de abertura das fronteiras. Os dois governos acordaram que empregarão protocolos sanitários em conformidade com suas respectivas legislações para evitar a propagação da pandemia da Covid-19.

Com relação à Bolívia (Arcos Central e Norte), desde 1997 são realizadas reuniões dos Comitês de Integração Fronteiriça em Brasiléia-Epitaciolândia-Cobija, Guajará-Mirim-Guayaramerín e Corumbá-Puerto Suárez e Cáceres-San Matías. Em razão da crise política na Bolívia em 2019 e da crise sanitária em 2020, não foi possível realizar reuniões dos Comitês de Integração Fronteiriça desde 2018, quando teve lugar a II Reunião do CIF entre Corumbá/Puerto Quijarro e Puerto Suárez. Desde março de 2020, o MRE acompanhou atentamente os desdobramentos da crise sanitária e do fechamento de fronteiras entre Brasil e Bolívia, e atuou ativamente para negociar a reabertura das fronteiras em Corumbá/MS em julho de 2020, quando foi impedido o fluxo de transporte de carga em razão de bloqueios convocados pelos Comitês Cívicos dos municípios limítrofes bolivianos de Puerto Suárez e Puerto Quijarro, que impediam o trânsito de caminhões. Atendendo a pedido das regiões fronteiriças, o Ministério das Relações Exteriores negociou com o governo boliviano a adoção de normativas internas que permitiram a retomada do trânsito vicinal fronteiriço durante a pandemia nas cidades-gêmeas da região. Em 18 de dezembro de 2020, a Embaixada Brasileira em La Paz acompanhou, por meio de videoconferência, a reunião entre os ministérios da saúde dos dois países no âmbito Grupo de Trabalho sobre Saúde na Fronteira Brasil-Bolívia, criado ao amparo do Acordo Interinstitucional Brasil-Bolívia sobre o tema, celebrado em 2017.

Com relação ao Peru (Arco Norte), a Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça Brasil-Peru - CVIF, mecanismo criado por acordo assinado em dezembro de 2009, é o foro bilateral mais elevado de cooperação sobre o tema. A CVIF Brasil-Peru trata de temas como controle fronteiriço integrado, cooperação em matéria de saúde, temas indígenas, cooperação ambiental, integração na área de telecomunicações e infraestrutura, entre outros. Em 2020, o Itamaraty realizou os preparativos para a VI Reunião da CVIF Brasil-Peru, que teve lugar em 16/09/2020, por meio de videoconferência. O encontro foi presidido pelo secretário-geral das Relações Exteriores, Otávio Brandelli, e pelo vice-ministro das Relações Exteriores do Peru, Manuel Gerardo Talavera Espinar, e contou com a participação dos órgãos competentes dos dois governos. Entre os trabalhos de preparação da CVIF, foi elaborado acordo por troca de notas para estabelecer dois Comitês de Fronteira: um Comitê de Fronteira Amazônico Norte, que inclui o Departamento de Loreto, no Peru, e o Estado do Amazonas, no Brasil; e um Comitê de Fronteira Amazônico Sul, que inclui os Departamentos de Ucayali e Madre de Dios, no Peru, e o Estado do Acre, no Brasil. Anteriormente, existiam três comitês de fronteira, mas considerou-se que eles não tinham alcançado os resultados esperados. O Comitê de Assis Brasil-Iñapari foi criado em 1999 por acordo por troca de notas, modificado em 2009, o qual previa também a criação de novos comitês no futuro. Esse comitê reuniu-se cinco vezes, sendo a última em setembro de 2014. O Comitê Benjamin Constant-Islandia reuniu-se duas vezes, sendo a última em abril de 2014. O Comitê Santa Rosa do Purus-Purús, criado em outubro de 2011, nunca se reuniu. Dentre as pautas a serem tratadas no âmbito dos novos comitês figuram: facilitação do controle fronteiriço, saúde, educação, cultura, desenvolvimento e inclusão social, meio ambiente, promoção do comércio, turismo e desenvolvimento produtivo, entre outros. Ademais, outros resultados dos trabalhos preparatórios à VI Reunião da CVIF incluíram a negociação de Memorando de Entendimento entre a Fundação Nacional do Índio - Funai e sua contraparte peruana sobre povos indígenas isolados e a instalação do Comitê do Ministério de Comunicações, do lado brasileiro, e do Organismo Supervisor de Investimento Privado em Telecomunicações, do lado peruano, para implementação de roaming fronteiriço. Em razão da pandemia da Covid-19 e do fechamento das fronteiras, exceto para o trânsito internacional de cargas, o MRE e a Embaixada Brasileira em Lima mantiveram interlocução constante com as autoridades peruanas a fim de tratar de questões migratórias e relacionadas ao comércio internacional. Intercedeu-se diversas vezes junto ao governo peruano, a pedido da Receita Federal do Brasil - RFB, com vistas a assegurar que o fluxo de mercadorias não fosse interrompido ou dificultado no passo fronteiriço entre Assis Brasil e Iñapari. Monitorou-se ainda, em coordenação com o MJSP e com o GSI e demais autoridades competentes, a situação de estrangeiros retidos em Assis Brasil, que tentavam ingressar no Peru, mas foram impedidos em razão do fechamento das fronteiras.

Com relação à Colômbia (Arco Norte), entre 16 e 20 de setembro de 2019, teve lugar a VIII Reunião da Comissão Binacional Fronteiriça Brasil-Colômbia, em Brasília. As discussões centraram-se no diagnóstico das ameaças transnacionais na fronteira Brasil-Colômbia, bem como da situação atual do crime organizado transnacional na faixa de fronteira e do fluxo de recursos financeiros ilícitos ligados ao narcotráfico. Em 2020, realizaram-se diversas videoconferências sobre medidas conjuntas de combate à pandemia da Covid-19. Em 06/05/2020, teve lugar videoconferência entre autoridades da Colômbia e do Estado do Amazonas para tratar do controle da pandemia da Covid-19 na fronteira entre Tabatinga e Letícia. Em 15/05/2020, realizou-se videoconferência em formato 3+3 (ministros de relações exteriores, defesa e saúde dos dois países) com o objetivo de discutir medidas de coordenação para lidar com os efeitos da pandemia da Covid-19 na região de fronteira. Da realização desse encontro, seguiram-se reuniões técnicas para viabilizar a instalação de sala binacional de monitoramento epidemiológico na fronteira. Tiveram lugar, ainda, em 12/06 e 1º/07/2020, videoconferências entre os ministérios da saúde do Brasil e da Colômbia e de autoridades regionais fronteiriças com o objetivo de discutir medidas de coordenação para lidar com os efeitos da pandemia da Covid-19. Seguem em curso tratativas para a realização da nova edição da Comissão de Vizinhança e Integração Brasil-Colômbia assim que as condições sanitárias permitirem. O mecanismo, que se reúne periodicamente desde 1994, teve sua XIX Reunião em 06 de dezembro de 2017, e abarca ampla agenda fronteiriça bilateral incluindo medidas locais para gestão urbana coordenada e estímulo ao desenvolvimento e integração econômica lindeira. Encontra-se programada para 23 de março de 2021 visita do Presidente da República da Colômbia, Iván Duque, a Brasília. O evento servirá para repassar a agenda bilateral, incluindo o estreitamento de laços para a retomada econômica, e fornecerá ensejo para resgatar encontros periódicos entre os mecanismos bilaterais de gestão fronteiriça.

Com relação à Guiana (Arco Norte), em 03/07/2020 teve lugar reunião extraordinária do Comitê de Fronteira Brasil-Guiana para tratar de medidas sanitárias no contexto da pandemia da Covid-19. Em 08 e 09 de agosto de 2020, realizou-se, em Boa Vista, a IV Reunião do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre Brasil e Guiana. Na ocasião, foram discutidos os seguintes

temas: I) transporte de passageiros (especialmente, a criação de linha Manaus-Lethem); II) transporte de cargas; III) inspeção técnica veicular; IV) cinto de segurança e tacógrafo; V) habilitação do condutor; VI) viagem ocasional em circuito fechado; VII) seguro; e VIII) assuntos aduaneiros. Em 26 de novembro de 2020, o ministro de Estado das Relações Exteriores realizou visita a Georgetown para reunião de trabalho com o presidente guianense e demais autoridades do país vizinho, onde se discutiram projetos de integração viária e de estímulo ao intercâmbio comercial, além do incremento da cooperação no setor de inteligência e de segurança fronteiriça. Foram assinados acordos de cooperação técnica entre a Polícia Federal brasileira e sua homóloga guianense para o transporte internacional de passageiros e cargas, além de memorando de entendimento para estudos técnicos de viabilidade de instalação de rota de fibra ótica entre Boa Vista e Georgetown.

No caso do Suriname (Arco Norte), não existem Comitês de Integração Fronteiriça constituídos ou outros mecanismos semelhantes porque é uma região da fronteira em que há um vazio demográfico.

A Guiana Francesa (Arco Norte) é acompanhada pelo Departamento de Europa do Itamaraty. Em sintonia com o intercâmbio social e humano entre ambos os lados da fronteira, por ocasião da XI Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça, em julho de 2019, retomou-se, após 20 anos, a coordenação de ações culturais entre Amapá e Guiana Francesa, sendo proposta a criação de comitê binacional composto por representantes governamentais e pela sociedade civil organizada, incluindo a comunidade nativo-americana da região. Em 2020, instruiu-se o Consulado Geral em Caiena a realizar gestões para tentar flexibilizar o fechamento da fronteira em razão da pandemia da Covid-19, de modo a permitir a entrada de brasileiros que estudam em Saint-Georges de l'Oyapock; porém, a demanda ainda não foi atendida pelas autoridades de Caiena. Espera-se, no entanto, que a coordenação viabilizada ao amparo do Acordo Quadro de Cooperação vigente entre Brasil e França seja capaz de escorar ações conjuntas para reduzir os impactos sociais da pandemia da Covid-19.

Além das relações bilaterais com os países nos três arcos da fronteira, o Departamento de América do Sul acompanha alguns mecanismos regionais multilaterais, como a Hidrovia Paraguai-Paraná, a organização do Tratado de Cooperação Amazônica, entre outros. Merece atenção especial as atividades do Subgrupo de Trabalho nº 18 - "Integração Fronteiriça" do Mercosul, que trata questões relativas a saúde, educação, trabalho, migração, transporte, infraestrutura, desenvolvimento urbano, desenvolvimento econômico, povos indígenas, cooperação, integração produtiva e outras voltadas a impulsionar a unidade entre comunidades de fronteira. Foram realizadas duas reuniões em 2020 que trataram de assuntos diversos. Por ocasião da IX Reunião do SGT-18, realizada em 22 de junho de 2020, durante a Presidência "Pro Tempore" do Paraguai, foram debatidos, entre outros temas, a situação e o encaminhamento de demandas dos comitês de fronteira dos Estados Partes, a organização de nova edição de seminário internacional sobre integração fronteiriça, ainda pendente, o mapeamento temático e normativo da integração fronteiriça, assim como a implementação do Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas do Mercosul (Decisão nº 13/19 do CMC). Na X Reunião do SGT-18, realizada em 20 de outubro de 2020, durante a Presidência "Pro Tempore" do Uruguai, além do encaminhamento dos temas tratados em reuniões anteriores, foram debatidas a futura convocação da primeira reunião do Comitê de Fronteira Trinacional Barra do Quaraí-Monte Caseros-Bella Unión (Brasil-Argentina-Uruguai), ainda pendente, e a situação sanitária nas fronteiras no contexto da pandemia da Covid-19. No Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Bolívia, adotado por ocasião da LVII Cúpula do bloco, realizada em 15 de dezembro de 2020, foi reafirmada a importância da pronta ratificação do Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas do Mercosul, bem como da convocação da primeira reunião do Comitê de Fronteira Trinacional Barra do Quaraí-Monte Caseros-Bella Unión durante o ano de 2021. A negociação do Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas do Mercosul foi concluída em dezembro de 2019 durante a presidência "Pro Tempore" do Brasil, e assinado na Cúpula do Mercosul em Bento Gonçalves/RS naquele mês. O Acordo tem por objetivo promover a integração fronteiriça, facilitar a circulação de cidadãos e cargas e conferir benefícios nas áreas de estudo, trabalho, saúde e comércio de bens de subsistência, e também dispõe sobre cooperação entre instituições públicas em áreas como vigilância epidemiológica e segurança pública no combate a delitos transnacionais, defesa civil, formação de docentes, direitos humanos e cultura, além de contemplar a elaboração de plano conjunto de desenvolvimento urbano e de ordenamento territorial das localidades, inclusive no que diz respeito aos recursos hídricos.

O NEF-Amazonas agradeceu pelas informações trazidas e notificou que carece de bastante apoio porque muitas das ações que o estado faz na fronteira necessitam também da participação do MRE para tentar

resolver questões que pendentes. Uma em especial é com relação aos resíduos sólidos entre Islandia (Distrito de Yavari/Peru) e Benjamin Constant/AM. Em vista da última reunião do Comitê Benjamin Constant-Islandia ter ocorrido em abril de 2014, o Estado do Amazonas tem interesse em retomar essas reuniões mais pontualmente para tentar resolver problemas locais. Há interesse em também participar nas reuniões dos comitês em sua região e da Comissão Binacional Fronteiriça Brasil-Colômbia, mesmo que na forma de ouvinte, para poder alinhar-se com maior convergência de ações públicas. Citou-se que o projeto com o MDR para a implantação do Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões na fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia - PCT do Alto Solimões é um enorme desafio e precisa da cooperação com os países vizinhos com mediação também do Itamaraty.

O MRE respondeu que há interesse no projeto do PCT do Alto Solimões e que cuida, além disso, do Tratado de Cooperação Amazônica. Existe a ideia de criar novas iniciativas relacionadas à bioeconomia, por exemplo, no programa de florestas, e seria interessante trazer os órgãos estaduais e as instituições amazônicas locais para as tratativas e outras iniciativas semelhantes. A pasta colocou-se à disposição do NEF-Amazonas para conversações por meio de videoconferências, reuniões ou encontros. Com relação à questão dos resíduos sólidos entre Islandia (Distrito de Yavari/Peru) e Benjamin Constant/AM, comentou-se que foi um dos assuntos tratados na VI Reunião da CVIF Brasil-Peru e que surgiu a ideia de criar um projeto de cooperação técnica com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE para tratar desse problema e, nas últimas semanas, o MRE recebeu uma comunicação da ABC de que o pré-projeto já foi formulado e que o tema está em evolução. Novamente, a pasta colocou-se à disposição do NEF-AM abrir contato com o setor correspondente ao qual compete as tratativas com o Peru.

O NEF-Rio Grande do Sul manifestou-se em três pontos. Sobre a questão da pandemia da Covid-19, explanou-se que não há sinergia entre os NEF quando se trata da problemática e o estado só tem ciência da maioria das reuniões pela imprensa, sem ter tido a oportunidade de oferecer conhecimentos e diagnóstico de sua situação. Sobre a questão das reuniões do SGT-18, o NEF também não tem participado ou tomado conhecimento e considera importante uma sinergia maior junto ao NEF-RS, até porque sobre as reuniões dos CIF, que não ocorreram em 2020 devido à questão da pandemia da Covid-19, o estado tem colaborado no convite das entidades para a participação dos comitês fronteiriços que são da maior importância para o levantamento de diagnóstico dos problemas fronteiriços, principalmente nas cidades-gêmeas. Frisou-se a importância de maior cooperação junto ao MRE, inclusive por meio da CDIF e em consonância com outros NEF, para participar de trabalhos conjuntos. Por último, parabenizou-se o Comitê São Borja-Santo Tomé e questionou-se sobre a questão da renovação ou fim da concessão da ponte que liga as duas cidades, demonstrando-se interesse em participar das tratativas do governo federal sobre o tema.

O Ipea pronunciou-se sobre dois pontos. Primeiramente, reforçou a relevância do Comitê de Integração Fronteiriça Trinacional do Quaraí (Brasil) - Monte Caseros (Argentina) - Bella Unión (Uruguai) na região da tríplice fronteira, que está no âmbito das reuniões do SGT-18. Segundamente, o instituto tem feito uma série de entrevistas com atores importantes da fronteira oeste, como com o vice-prefeito de Pacaraima/RR, e informou que a situação por lá é dramática. Como não foi mencionada pelo MRE a relação com a Venezuela, solicitou-se subsídios atuais sobre a situação Brasil-Venezuela e de que forma a pasta pode verificar o fechamento da fronteira e os problemas que isso causa, principalmente em Pacaraima/RR e Boa Vista/RR.

Em resposta ao NEF-RS, o MRE concorda que é vital trabalhar mais próximo junto às autoridades locais, aos municípios e aos governos estaduais através de seus NEF. Em primeiro lugar, confirmou-se que é importante a aproximação entre os entes federados. Em segundo, sobre as reuniões do SGT-18, compreende-se que as conversações ocorrem de fato entre os governos nacionais e que desconhece se houve um processo de consultas aos governos estaduais sobre a elaboração do Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas do Mercosul. A pasta prontificou-se a relatar ao setor responsável pelo SGT-18 o interesse dos estados em estarem mais envolvidos nos processos de trabalho do subgrupo. E sobre a concessão da ponte que conecta São Borja-Santo Tomé, informou-se o conhecimento sobre recente reunião presencial entre Brasil e Argentina, sendo o tema considerado de contínuo mérito pelos governos nacionais com encaminhamentos positivos, reforçando que é bem-vindo o interesse de participação dos governos estaduais e colocando-se à disposição para fazer a ponte com a Divisão de América do Sul I do MRE para deliberações sobre o assunto.

O NEF-Roraima agradeceu pelas informações trazidas e solicitou ao MRE informação a respeito de qual setor pode dar suporte em relação à Guiana, pois em reunião realizada em agosto de 2018, foi pontuado o acordo de transporte de cargas e passageiros e as pendências continuam. Apesar do estado não possuir secretaria específica para tratar de assuntos internacionais, o governo estadual sempre acompanha suas

pautas internacionais e solicitou suporte do governo federal para avançar no acordo em tese, que se conjectura estar interrompido em suas tratativas. Mesmo que as fronteiras estejam fechadas, entende-se que o momento é oportuno para retomar o assunto. Na última reunião realizada a respeito, acordou-se que é preciso haver um acordo entre as seguradoras do Brasil e da Guiana, que até o momento não foi efetivado, e a pauta deve ser resgatada com urgência. O NEF-RR também destacou que inúmeros venezuelanos continuam entrando no país por Roraima e observa-se que as famílias percorrem a pé em trajeto até Manaus/AM pelas estradas brasileiras sem condições de custear o próprio transporte. O estado citou que o governo federal precisa encontrar uma forma de ajudar o Município de Pacaraima/RR em razão da cidade ter sido afetada pela crise migratória de venezuelanos, e solicitou agenda com órgãos competentes para assistência à prefeitura do município em conjunto com a Associação dos Municípios de Roraima - AMR.

O MRE comunicou ao Ipea que tem interesse em conhecer as entrevistas realizadas na faixa de fronteira com representantes da região. Sobre as relações diplomáticas Brasil-Venezuela, discorreu-se que as relações políticas foram rompidas e os mecanismos institucionais para discussões sobre assuntos viventes atualmente não existem. Salientou-se que o Itamaraty e o governo federal têm o papel de lidar com questões humanitárias e oferecer amparo às pessoas que ingressam no país, seja pelo Acre ou por Roraima, a título de exemplo.

O Ministério do Desenvolvimento Regional e o Ministério da Infraestrutura programaram reunião conjunta para a tarde do dia 9 de março de 2021 para pautas junto ao MRE e o NEF-Roraima.

Ipea: apresentação do Relatório “Imigração Venezuela-Roraima: Evolução, Impactos e Perspectivas” (16h10 às 16h30):

O Relatório “Imigração Venezuela-Roraima: Evolução, Impactos e Perspectivas” foi bastante importante dentro da produção de pesquisa de fronteiras sobretudo porque o documento mostra um retrato conjuntural da situação da fronteira e da imigração Venezuela-Roraima. Em geral, há pouco sendo falado sobre esses aspectos conjunturais da fronteira, e destacou-se a importância da pesquisa. O trabalho integra o [Volume 1: Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública](#). A apresentação segue basicamente uma linha sobre o porquê fazer a análise sobre o fechamento e a reabertura da fronteira e como chegar na questão da migração. Destacou-se os membros da equipe técnica que contribuiu de forma fundamental para a robustez da pesquisa. Com relação à produção do relatório, foram organizadas e realizadas quatro oficinas técnicas e produzidas mais de vinte entrevistas semiestruturadas no Brasil em áreas de fronteira terrestre, em âmbito nacional e subnacional, contando com várias horas de gravações com atores relevantes da faixa de fronteira. Foram aplicados questionários institucionais e de opinião pública e realizadas três viagens técnicas aos Arcos Norte, Central e Sul. O instituto articula-se com rede de pesquisadores de universidades federais, estaduais e de institutos no Brasil e exterior, e realizou trabalho de campo e observação participante nas zonas de fronteira dos três arcos fronteiros em cinco países limítrofes, além da revisão e atualização de literatura especializada na questão das fronteiras brasileiras. A análise se inicia pensando sobre a questão do fechamento da fronteira entre Brasil e Venezuela, que é um problema recorrente e impacta diretamente na vida do cidadão, suas relações sociais e na dinâmica regional do território, não sendo exclusivo da região, visto que as fronteiras terrestres brasileiras também estão fechadas com outros países. Quando se observa a fronteira específica entre o Estado de Roraima e a Venezuela, percebe-se que o fechamento da fronteira é constante e gera tensões políticas, econômicas e sociais a níveis regional e nacional. A partir dessa investigação, surgiu o questionamento de se o fechamento dessa fronteira terá sempre os mesmos impactos. Foram selecionadas duas datas de fechamento e reabertura da fronteira entre Brasil e Venezuela e notou-se que, ao tempo em que as fronteiras da Venezuela foram fechadas para o Brasil, o mesmo ocorreu com a Colômbia. [Falha no áudio da representante do Ipea] Os períodos de fechamentos corresponderam ao aumento do fluxo migratório tanto na Colômbia quanto no Brasil. [Falha no áudio da representante do Ipea] O documento analisa que há uma razão por trás desses fechamentos que é maior do que se imaginava no início. Decidiu-se por analisar o fator da migração e seus impactos setoriais importantes. A partir dos resultados encontrados, fez-se uma categorização de quais foram os setores mais impactados e descobriu-se inclusive que o setor da saúde, desde o ponto de vista dos cidadãos locais, foi o mais abalado em questões de demanda interna, número de leitos hospitalares, risco de doenças erradicadas reaparecerem no Brasil, equipamentos e recursos humanos qualificados. Lembrou-se que a questão da migração não é responsável por esses problemas, porém acentua complicações já existentes. Em segundo lugar tem-se a situação da segurança, que se exterioriza na vulnerabilidade social, no aumento da criminalização, na desinformação e nos sentimentos de xenofobia contra migrantes venezuelanos.

Anteriormente, os indígenas eram muito culpabilizados pelos problemas setoriais do estado, e foram vistos pelos cidadãos locais como principais intensificadores dos problemas de segurança quando a migração se acentuou. Em seguida, a temática do trabalho aparece como terceiro tópico mais afetado. Há uma percepção de que os migrantes removem oportunidades de emprego dos cidadãos da região, e que crianças ingressam em trabalhos sub-remunerados para subsistirem no estado. Descreveu-se sobre a ampliação da procura pela regularização de documentos oficiais para o ingresso formal no mercado de trabalho com carteira assinada. A questão da educação surge em quarto lugar. Dentro da revisão de literatura, verificam-se referências sobre a busca pela revalidação de diplomas, a barreira linguística como aspecto bastante ressaltado e a atuação da sociedade civil organizada sendo exaltada nessa questão específica. Em quinto lugar explana-se o caso da moradia, que impulsionou a construção civil, com muitas instalações em estilo de vilas e outras. Nota-se também o aumento de moradores de rua, além dos tópicos abrigo e ocupação de prédios e espaços públicos em Boa Vista. Após, narrou-se o aumento da mobilidade na forma da chegada de pessoas e veículos, gerando transtornos no trânsito. Inicialmente, os grupos migratórios chegavam por voos comerciais ou até mesmo aeronaves menores ou a pé. O estudo conjuntural representa o momento da realização da pesquisa, visto que atualmente existem outras alternativas de deslocamento pelas fronteiras entre Roraima e Venezuela. Seguidamente, aponta-se sobre o comércio local, sendo que antes o fluxo era de Boa Vista, Manaus e outros municípios regionais em direção à Venezuela, e presentemente com a inversão de rotas de nacionais para a compra e revenda de bens de serviço e de uso pessoal na Guiana, o que agrava a instabilidade econômica venezuelana e afeta a economia local. Por último, sobre o tema energia, apesar da questão não ter sido muito citada pelos cidadãos fronteiriços, é um problema bastante recorrente em Roraima e fortemente atribuído à conjuntura do aumento da demanda local e do estado não estar conectado ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Esse problema é contínuo e se agravou devido ao fluxo migratório, acarretando apagões, demanda local avolumada e dívidas públicas. O relatório apresentou conclusões e sugestões, tanto gerais quanto específicas, como uma referência para consultas e utilização por especialistas e gestores públicos. A aplicação dos questionários à população local apresenta-se em formato de levantamento quantitativo, com uma amostra de cinquenta entrevistas feitas, nas faixas etárias entre 16 e 80 anos, por abordagem pessoal em pontos de fluxo da cidade de Boa Vista e com a contribuição de pesquisadores de campo do Grupo de Estudos Interdisciplinar de Fronteiras, da Universidade Federal de Roraima - UFRR. A pesquisa foi veiculada nas mídias regionais e nacionais, e foram exibidos recortes jornalísticos como exemplos de repercussão em meios de comunicação como o Jornal Atual (área de circulação: partes do Estado do Rio de Janeiro) e a Revista Veja (área de circulação: nacional). Em resumo, a análise foi feita principalmente para levantar dados sobre a dinâmica tanto econômica quanto social e política na faixa de fronteira para demonstrar os impactos que a migração de venezuelanos para o Brasil tem tido tanto de expansão quanto de contração de oportunidades, e também para ser um documento de referência e consulta na construção de políticas públicas pelo governo federal. Acerca do que mudou até hoje desde a elaboração do relatório, exemplificou-se com uma imagem do posto de recepção da Operação Acolhida, deflagrada pelo Exército Brasileiro desde fevereiro de 2018, próximo à Rodoviária Internacional de Boa Vista. Do ponto de vista de dados qualitativos, os migrantes atualmente buscam os estados brasileiros por conta própria, além de ajuda junto a organismos internacionais ou redes constituídas em outras cidades, o que provoca a migração para outras cidades do país, não dependendo somente da Operação Acolhida para se estabelecerem em outros locais. Ainda há alguns gargalos em Roraima, como a estrutura de recepção que não tem capacidade de atender todos os migrantes, e a questão do difícil acesso de entrada e saída, ou seja, o estado encontra-se muito isolado em termos de mobilidade viária é fluvial, o que dificulta a saída para outros estados. A Operação Acolhida de fato reduziu algumas tensões e conflitos de sobrecarga dentro dos setores mais impactados demonstrados no relatório, e observa-se que a integração econômica é o maior desafio. O processo de distribuição dos migrantes pelo país foi exposto por meio de mapa demonstrativo da porcentagem da população venezuelana total interiorizada no ano de 2020. Atualmente, os principais estados receptores são Paraná (7.751 refugiados), São Paulo (7.728 refugiados) e Rio Grande do Sul (6.626 refugiados), com aproximadamente 48 mil pessoas interiorizadas no Brasil. Ao total, foram mais de 265 mil migrantes e refugiados venezuelanos que solicitaram regularização migratória no país. Salientou-se a importância da diferenciação entre migrantes e refugiados, sendo que muitos venezuelanos preferem identificar-se como migrantes ao invés de refugiados. Com relação ao abrigo, ilustrou-se uma imagem do Abrigo Rondon 3, em Boa Vista. O perfil dos abrigos é abundantemente de grupos familiares, a maioria comandada por mulheres e alguns por idosos chefes de família. Com relação à pandemia da Covid-19, permaneceram ações de cooperação em parceria com o governo estadual, Prefeitura de Boa Vista, Secretaria de Saúde, Organização Internacional para as Migrações - OIM e outras organizações internacionais não só em Roraima, mas também em outros estados. A título de exemplo, os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul têm recebido grande quantidade de

migrantes. Hoje em dia há uma busca por maior interlocução com o setor privado, como exemplo o Programa Oportunidades Integração, e um dos desafios é o da inserção laboral. Também se buscou manter um auxílio financeiro para aqueles migrantes que se encontram em extrema vulnerabilidade e, além da questão da inserção laboral, o que se tem como desafios que permanecem são as barreiras linguísticas, a habitação e a moradia. O Ipea colocou-se à disposição de todos que tiverem interesse em obter mais dados sobre o relatório, que pode ser acessado em seu sítio eletrônico: [Relatório “Imigração Venezuela-Roraima: Evolução, Impactos e Perspectivas”](#).

CNC: apresentação do Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (15 minutos - pauta extraoficial):

O Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade - Cetur/CNC é formado por entidades que representam o setor, além das vinte e sete Federações estaduais e personalidades reconhecidas do mercado de turismo e hospitalidade, e congrega as vinte e seis maiores entidades do turismo brasileiro de caráter associativo. Sua função é promover a defesa e o fortalecimento do turismo como importante atividade econômica para o país, atuando para identificar e entender fatores determinantes e necessários ao desenvolvimento do setor, transformando demandas em ações efetivas e relevantes que melhorem o ambiente de negócios para os segmentos que compõem a cadeia produtiva do turismo. O Cetur/CNC divide-se no processo que envolve as entidades representativas dos principais segmentos do turismo brasileiro também através de suas representações regionais. Muitas delas são regionalizadas com aspectos de organizações federativas com assento nas Fecomércios estaduais, chamadas Câmaras e Conselhos das Fecomércios estaduais, sendo um rol de partícipes que inclui empresários, acadêmicos, pesquisadores, especialistas e lideranças do setor. São instalados grupos de trabalho setoriais, com temáticas específicas, a fim de propor planejamento pontual para garantir melhorias para o crescimento da atividade turística. O setor desenvolve há mais de setenta anos todo um trabalho produzido pelo cenário da atividade turística brasileira. O Cetur/CNC foi pioneiro no apoio ao Ministério do Turismo - MTur e como participante do Conselho Nacional de Turismo - CNT. Em 2019, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) Turismo de Fronteira para debater sobre os desafios políticos, estruturais e territoriais, visando aprofundar a discussão em torno das relações existentes entre turismo, fronteira e desenvolvimento territorial no intuito de propor ações estruturadas que ampliem o entendimento e o planejamento do turismo nos espaços de fronteira. O GT interage em subdivisões correspondentes aos arcos fronteiriços (Norte, Central e Sul). As recomendações colocadas pelo Cetur/CNC são: a) articular, com os governos federal e estadual, regulações facilitadoras de operações como o aumento do período trabalhado pelas tripulações de aeronaves comerciais de 60 para 110 horas mensais, conforme a média mundial, e mecanismos de cobertura de déficits que garantam a continuidade dos serviços de aviação regional; b) pleitear incentivos para ampliação e fixação de efetivos do poder público na faixa de fronteira; c) adensar atividades de bem-estar mínimo nos campos de saúde, educação, formação de mão de obra, infraestrutura, segurança e planejamento urbano nas cidades-gêmeas; d) atuar no sentido de que os Arcos do Grupo de Trabalho possam fazer parte da elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; e) apresentar dados socioeconômicos das cidades-gêmeas aos empresários dispostos a investir em lojas francas no país; f) interlocução da CNC com o Ministério do Turismo visando estabelecer parceria de atuação do GT Turismo de Fronteira com o MTur, em continuidade com a sinalização de criação de uma câmara específica para tratar o assunto turismo de fronteira no âmbito daquela pasta; e g) construção de um projeto para o desenvolvimento do turismo no Arco Norte junto à Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa que, através de edital, seleciona projetos a serem contemplados através de emenda parlamentar devido ao próprio descontingenciamento de recursos. Em seguida, destacou-se alguns estados que possuem processos de ações impactados pelo contexto da pandemia da Covid-19:

A) Santa Catarina:

- Articular a implantação e adequação da sinalização turística nas Rodovias BR-163 e BR-282, rodovias municipais e em toda a extensão da Região Caminhos da Fronteira.
- Articular a implantação e adequação da sinalização turística e bilíngue nas rodovias, equipamentos e atrativos turísticos.
- Articular a revitalização e duplicação das rodovias BR e SC e vias de acesso a pontos turísticos do Caminhos da Fronteira.

- Promover a implantação de Centros de Atendimento ao Turista nos municípios de Dionísio Cerqueira, São Miguel do Oeste, Paraíso e Itapiranga (modelo interativo).
- Melhorar a entrada dos argentinos através da Ponte da Integração Internacional Peperi-Guaçu Brasil-Argentina.
- Infraestrutura de aduana com Receita Federal, Polícia Federal, Vigilância Sanitária e outros órgãos.
- Sinalizações nas BR 163, 153, 282 e 470, que trazem os argentinos e paraguaios ao Oeste, Serra e litoral.

As estratégias propostas de retomada dos projetos incluem:

- Melhorar a infraestrutura através da região de fronteira.
- Trabalhar em cinco pontos críticos: governança, infraestrutura, jurisprudência, qualificação e inovação com as Instâncias de Governança Regionais.

São identificados cinco pontos críticos da Instância de Governança Regional - IGR Caminhos da Fronteira:

- 1 - Estabelecer um sistema de comunicação integrada entre os membros da Região de Caminhos da Fronteira.
- 2 - Criar grupos de discussão e planejamento sobre a temática do Turismo na Região.
- 3 - Promover o fortalecimento da instância por meio de parcerias público e privada.
- 4 - Articular reuniões com o poder público municipal para definir o melhor modelo de institucionalização do turismo nos municípios (Secretarias de Turismo independentes ou integradas).
- 5 - Desburocratizar a submissão de projetos via Portal do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SINCOV no que diz respeito a prazos e requisitos técnicos.

B) Rio Grande do Sul:

- Fronteiras fechadas com Uruguai e Argentina.
- Oscilação do cambio que afetam as lojas francas em lado brasileiro.
- Falta de novos operadores de lojas francas em lado brasileiro.
- Lazer e eventos, não permitidos casinos nas fronteiras.

As estratégias propostas de retomada dos projetos incluem:

- Liberar jogos de cassinos.
- Incentivar novas lojas francas no lado brasileiro (modelos Neutral e América).
- Eventos atraídos por lojas francas e cassinos.
- Atração de hotéis novos e de grande porte.
- Agricultura no Rio Grande do Sul gerando negócios e recordes de produção.
- Capacitação nas cidades fronteiriças em Turismo Receptivo (participação do SESC/SENAC).
- Transformação dos atrativos turísticos em produtos através de boas infraestruturas (obras e negócios).
- Infraestrutura nas rodovias com sinalização, parados, segurança, abastecimento e alimentação.

C) Roraima:

- Fechamento das fronteiras impactou na operações das empresas de turismo receptivo.

As estratégias propostas de retomada dos projetos incluem:

- Produtos turísticos internos, por exemplo: Lago do Robertinho, pesca esportiva no baixo do Rio Branco, Serra do Tepequém (que durante o ano de 2020 teve muita demanda e visitação, intercalando entre momentos de fechamento e de reabertura das fronteiras).

D) Paraná:

- Os municípios deixaram de receber R\$ 91 milhões em arrecadações de impostos, sendo que 40% da arrecadação do ISS dos municípios está ligada ao movimento de hotéis e atrativos turísticos, e em maio de 2020 diminuiu 61% em relação ao mesmo período de 2019.
- Setor de eventos duramente afetado.

As estratégias propostas de retomada dos projetos incluem:

- Campanha para o viajante nacional produzida pelas Secretarias Municipais.
- O Sistema Fecomércio Sesc-Senac do Paraná desenvolveu diversas ações e capacitações gratuitas para empresários e trabalhadores com temas como conduta segura para empreendimentos turísticos, capacitação em hotelaria, workshops sobre liderança, marketing, empreendedorismo, ferramentas digitais dentre outros, e tem prestado diversos serviços de capacitação social através de suas unidades Sesc e Senac no estado.
- O Sesc-PR desenvolveu a campanha Viaje Pelo Paraná e tem subsidiado viagens dentro do estado, inclusive na região de fronteira, onde também através do Mesa Brasil colaborou com doação de alimentos no atendimento emergencial a cerca de mil guias cadastrados.
- Nova ponte (local não informado) aproximando-se de 50% de execução e obras aeroportuárias de 65% de execução, com previsão de inauguração em abril de 2021.
- Início das obras da Rodovia das Cataratas com expectativa para 2021.
- Com um investimento de aproximadamente R\$ 100 milhões, a empresa paranaense Liberty Duty Free escolheu Foz do Iguaçu para abrir a primeira de três lojas francas no Paraná.
- Fecomércio-PR em parceria com o Sebrae - Programa Selo de Qualidade no Turismo para desenvolver a excelência nas empresas com consultorias até 70% subsidiadas. Também em parceria com o Sebrae, o Programa Brasil Mais focado para a recuperação econômica, com o objetivo de aumentar em pelo menos 5% o faturamento de 3.500 empresas de comércio, serviços e turismo, com 30 horas de capacitação em temas como tendências, gestão/métricas, marketing, finanças, experiência do cliente, vendas e fidelização até a inserção no digital.

E) Acre:

- Fechamento das fronteiras com Peru e Bolívia e encerramento total das operações turísticas com ambos os países (emissivos e receptivos).
- Fechamento de empresas e demissões no setor turístico.
- Sucateamento dos pontos e atrativos turísticos.
- Crise em relação aos haitianos na fronteira com o Peru.

As estratégias propostas de retomada dos projetos incluem:

- Facilitação de micro e pequenos créditos para a cadeia produtiva.
- Alfandegamento dos Aeroportos de Rio Branco e Cruzeiro do Sul.
- Início da construção da Estrada Binacional Brasil-Peru, interligando Cruzeiro do Sul a Pucalpa.
- Início dos voos Cruzeiro do Sul BRA - Pucalpa PER já preliminarmente autorizados pela ANAC.
- Capacitações diversas para o *trade* turístico, em especial no tocante ao turismo de base comunitária.

- Promoção do destino turístico integrado Acre-Peru-Bolívia.

F) Rondônia:

- Medidas restritivas de entrada nos territórios com queda de 90% no setor turístico.

As estratégias propostas de retomada dos projetos incluem:

- Atualização do plano estadual de turismo por regiões.
- Alfandegamento do Aeroporto de Porto Velho.
- Resgatar projeto de lei arquivado no Senado Federal que trata de alíquota única do QAV no Brasil - melhoria para o modal aéreo na Região Norte.
- Revitalização da BR-319.
- Ministério das Relações Exteriores fazer acordos com a Bolívia e o Peru para facilitar o uso da Rota Bioceânica via Assis Brasil.

A CNC colocou-se à disposição de todos que tiverem interesse em obter mais dados sobre seus trabalhos e para conversações sobre parcerias.

Planejamento de ações na Faixa de Fronteira (16h30 às 17h30 - 5 a 10 minutos por órgão):

A) Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP: informou-se que não há nada a acrescentar no momento e que o Departamento de Migrações - DEMIG/SENAJUS/MJSP da pasta está revisando sua participação na CDIF e, devido à existência de nova ocupante no cargo da diretoria do setor, aponta-se que a representatividade do DEMIG na Comissão deverá continuar. Enfatizou-se que a área de atuação do DEMIG é relativa à matéria de migração. O MJSP integra a Operação Acolhida e provavelmente esse é o tema no qual a pasta poderá contribuir no que tange às fronteiras terrestres brasileiras.

B) Ministério da Defesa - MD: informou-se que as ações de interesse da CDIF em andamento na faixa de fronteira compõem a Operação Acolhida, que a pasta exerce em cooperação e apoio a outros ministérios. O que há mais importante em curso são os projetos gerenciados pelo departamento do Programa Calha Norte. Os mais de duzentos projetos de 2020, conforme relatados no Relatório de Atividades da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - 2019-2020, continuam em prosseguimento, e como os recursos dependem praticamente de emendas parlamentares, verificou-se que nenhum projeto foi iniciado no ano de 2021.

C) Ministério da Infraestrutura - MINFRA: agradeceu-se pela participação nesta reunião e pelas informações trazidas, e salientou-se a importância das contribuições da pasta ao Relatório de Atividades da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - 2019-2020. O MINFRA irá se programar junto ao MDR para reunião conjunta em 9 de março de 2021 sobre pautas junto ao MRE e o NEF-Roraima.

D) Ministério da Saúde - MS: informou-se que, além da participação nos Comitês de Integração Fronteiriça, a pasta está reformulando a portaria do Grupo de Trabalho sobre Saúde do Estrangeiro (Portaria MS nº 3.565, de 22 de dezembro de 2017), que envolverá várias ações de efeito na faixa de fronteira. A portaria deverá ter nova versão publicada em breve. Mencionou-se também o Programa Educacional Vigilância em Saúde nas Fronteiras - VigiFronteiras-Brasil, iniciativa da Fiocruz em parceria com a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde e com a Organização Pan-Americana da Saúde - Opas. O objetivo é capacitar mestres e doutores profissionais de saúde que atuam nas fronteiras brasileiras com outros países sul-americanos (Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela e Guiana Francesa), seja na gestão, assistência, vigilância ou avaliação da qualidade dos serviços. O mais recente edital para seleção pública em programas de pós-graduação stricto sensu foi publicado em 08/03/2021. O Ministério da Saúde dispôs-se a trazer mais detalhes sobre o programa na próxima reunião ordinária da CDIF. Além disso, citou-se um memorando de entendimento com o Peru, que está em andamento e já foi analisado pela área jurídica e outros setores da pasta, próximo de ser aprovado e publicado. Ao mesmo tempo, a pasta negocia um acordo bilateral de articulação e

coordenação de ações sanitárias nas fronteiras com o Paraguai, em fase de finalização, que prevê a formação de comitês binacionais de ações nas fronteiras integradas por autoridades em níveis municipal, estadual e nacional. Outra iniciativa é o GT/Itaipu Saúde, que tem como objetivo apoiar as ações de saúde e bem-estar na área de influência da Usina de Itaipu e na Região Trinacional entre Brasil, Paraguai e Argentina em consonância com as respectivas políticas públicas do setor. O GT/Itaipu Saúde atende ao "Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 3: Saúde e Bem Estar" e é liderado por Itaipu Binacional, abrangendo a participação dos entes federados em suas três esferas com comissões técnicas temáticas de abordagem interativa em áreas da saúde, com destaque para as mesas de saúde mental e dengue ainda ativas neste momento da pandemia da Covid-19. O GT/Itaipu Saúde também está sendo reformulado para permitir o ingresso da Argentina, que anteriormente participava como observadora.

O DDRU destacou o nível de excelência das apresentações das ações e estratégias dos parceiros da CDIF nesta reunião e dirigiu-se para os encaminhamentos e encerramento da XIX Reunião Ordinária da CDIF.

Encaminhamentos e encerramento (17h30 às18h):

O DDRU sugeriu uma apresentação do Ministério da Saúde sobre detalhamentos do Programa VigiFronteiras-Brasil na próxima reunião ordinária da CDIF, assim como a exposição dos resultados da reunião porvindoura entre MDR e MINFRA sobre a questão da Guiana e, por fim, a apresentação do GSI sobre o status da construção da Política Nacional de Fronteiras - PNF e sobre o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras - PPIF. Solicitou-se aos membros da CDIF sugestões de pauta para a XX Reunião Ordinária da CDIF, prevista para 24 de maio de 2021.

A CGGT advertiu que o NEF-Mato Grosso do Sul indagou que, após a aprovação do Orçamento Geral da União para 2021, quais são as fontes de recursos federais que podem ser acessadas para apoio de ações dos governos estaduais na faixa de fronteira. O DDRU informou que pelo Orçamento Geral da União o MDR detém diferentes ações, tanto a cargo da SMDRU como por meio de negociação com outras secretarias nacionais da pasta. Sublinhou-se, igualmente, os Fundos de Desenvolvimento Regional da Amazônia - FDA e do Centro-Oeste - FDCO e os Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e do Norte - FNO. Há também recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS voltados mais para temáticas de desenvolvimento urbano para mobilidade, reabilitação urbana ou modernização tecnológica. O MDR também possui o Programa Pró-Cidades, que tem por objetivo proporcionar aos estados e aos municípios brasileiros condições para formulação e implantação de políticas de desenvolvimento urbano local a partir do financiamento de investimentos apresentados na forma de projetos integrados de melhoria de perímetro urbano, garantindo maior efetividade da função social da cidade e da propriedade urbana, priorizando a ocupação democrática de áreas urbanas consolidadas. Por último, há os recursos de projetos de cooperação internacional em parceria com organismos internacionais e o Programa de Fortalecimento das Capacidades Governativas dos Entes Subnacionais - PFCG no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional, com a finalidade de mobilizar políticas, ações, instrumentos e parcerias para criar um ambiente colaborativo voltado à ampliação das capacidades de gestão e da sustentabilidade institucional dos entes federados.

O NEF-Mato Grosso do Sul comunicou que conhece as fontes de recursos federais mencionadas e que já foram colocadas demandas e iniciativas que os estados vêm fazendo durante as anteriores reuniões ordinárias da CDIF. Recordou-se, por exemplo, o interesse na recuperação das atividades econômicas do bioma Pantanal em função dos incêndios de 2020, que o estado pretende acessar as fontes de recursos federais disponíveis e que possui um relacionamento muito aberto com a SUDECO. Solicitou-se que a CDIF, a partir das demandas que foram levantadas pelos estados nas reuniões passadas, pronuncie-se sobre as fontes de recursos federais que podem ser acessadas e auxiliar na articulação com bancadas parlamentares do Congresso Nacional para ações específicas na faixa de fronteira. O DDRU enunciou a importância de se programar reuniões temáticas com os governos estaduais, envolvendo órgãos públicos e ministérios competentes para a criação de agendas de demandas prioritárias e estruturantes. O NEF-Mato Grosso do Sul citou como exemplo uma ação sobre o plano diretor de Porto Murtinho/MS em função da Rota Bioceânica. Recentemente, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul reuniu-se com o Governo do Estado do Paraná para tratar da recuperação da malha ferroviária que vai conectar a região da Rota Bioceânica até Paranaguá/PR, perpassando pela faixa de fronteira, e acentuou a relevância do projeto constar no radar da CDIF para ajudar a encaixar posteriores projetos do estado nas prioridades da Comissão. O DDRU instruiu a CGGT a articular junto ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e ministérios competentes o agendamento de reunião futura para a questão em tese. O representante da

SUDECO reforçou o momento oportuno de articular com as bancadas parlamentares do Congresso Nacional projetos estruturantes na faixa de fronteira com vistas à iminente aprovação do Orçamento Geral da União de 2021.

O DDRU agradeceu a participação de todos os presentes nesta reunião e colocou a CDIF à disposição para o compartilhamento de informações e a construção de agendas estratégicas. A CGGT informou que a ata desta reunião será disponibilizada aos membros da CDIF via Sistema SEI/MDR, para validação e colhimento de assinaturas, junto com as apresentações realizadas e concedidas pelos membros e convidados presentes.

Agenda de reuniões da CDIF para 2021:

XX Reunião Ordinária: 24 de maio de 2021, por meio de videoconferência ou local a definir.

XXI Reunião Ordinária: 23 de agosto de 2021, por meio de videoconferência ou local a definir.

XXII Reunião Ordinária: 22 de novembro de 2021, por meio de videoconferência ou local a definir.

Aos 23 de fevereiro de 2021, às 18h, encerrou-se a XIX Reunião Ordinária da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF.

Representante do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR

Titular: Tiago Pontes Queiroz

(Secretário Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano)

Suplente: Adriana Melo Alves

(Diretora do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano)

Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP

Titular: Martha Pacheco Braz

Suplente: Ana Clara Formiga

Representante do Ministério da Defesa - MD

Titular: Francisco Djalma Cesse da Silva

Suplente: André Luiz dos Santos Costa

Representante do Ministério das Relações Exteriores - MRE

Titular: Olympio Faissol Pinto Júnior

Suplente: Gabriela Guimarães Gazzinelli

Representante do Ministério da Infraestrutura - MINFRA

Titular: Wagner Pessoa Felix da Silva

Suplente: Francisco Francione Soares Junior

Representante do Ministério da Educação - MEC

Titular: Eduardo André de Brito Celino

Suplente: Roseli Teixeira Alves

Representante do Ministério da Saúde - MS

Titular: Roberta Aguiar Cerri Reis

Suplente: Ana Claudia Cardoso Chaves

Representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI

Titular: Renata de Souza Furtado

Suplente: José Carlos da Costa Santos

59000.008966/2020-90

1854454v1



Documento assinado eletronicamente por **Caio Victor Vieira Silva Martins, Coordenador(a) Geral de Gestão do Território, Substituto(a)**, em 18/03/2021, às 14:31, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Castello Branco Coutinho, Agente Administrativo**, em 18/03/2021, às 14:59, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Melo Alves, Diretor(a) de Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano**, em 18/03/2021, às 15:46, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Pessoa Felix da Silva, Usuário Externo**, em 18/03/2021, às 16:47, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Djalma Cesse da Silva, Usuário Externo**, em 18/03/2021, às 17:12, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Olympio Faissol Pinto Junior, Usuário Externo**, em 25/03/2021, às 11:32, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Martha Pacheco Braz, Usuário Externo**, em 25/03/2021, às 19:58, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Clara Formiga Ferreira do Carmo, Usuário Externo**, em 05/04/2021, às 10:50, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3070913** e o código CRC **CF812D63**.